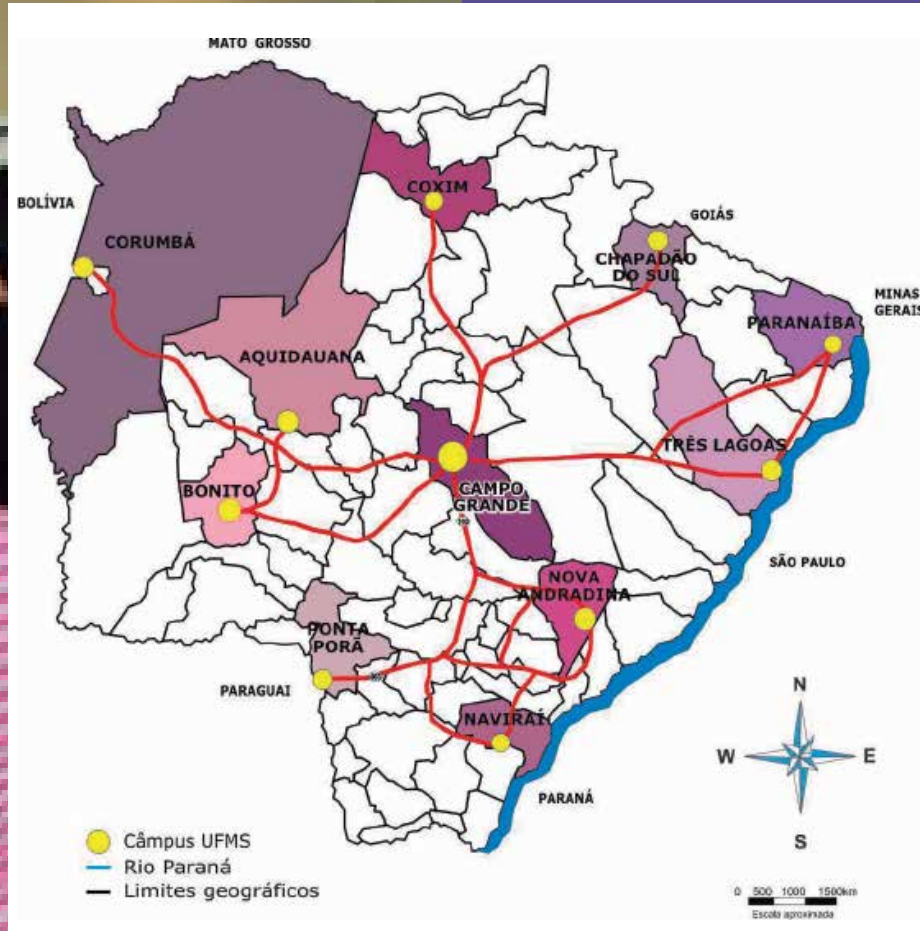


2. Projeto Pedagógico Institucional



PDI 2015-2019

2.1 Inserção regional, nacional e internacional



A inserção regional da UFMS vai muito além dos valores legitimados pelos processos históricos, critérios quantitativos ou espaciais. Sua inserção está materializada pela política de ampliação do acesso, permanência e interiorização da educação superior, adotada nos últimos anos pela instituição, com o objetivo de combater o êxodo de estudantes para outras regiões.

É certo que a abrangência geográfica da UFMS tem atendido a uma demanda existente em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, parte do oeste do Estado de São Paulo e uma boa parcela dos Estados de Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais e do Paraná, além de países com que nosso Estado faz fronteira (Paraguai e Bolívia), porém ao fator “região” vem agregar-se uma gama variada de aspectos de ordem cultural, científica, econômica, educacional e social, concretizados nos cursos que oferece.

Mato Grosso do Sul constitui-se num espaço que vem sendo mapeado em sua diversidade linguístico-cultural e étnica, decorrente de um processo dinâmico de povoamento determinante do desenvolvimento de variantes linguísticas e de práticas artístico-culturais heterogêneas, cujo estudo é propiciado pelos cursos da UFMS.

As particularidades que caracterizam o Estado de Mato Grosso do Sul e sua estratégica localização no

Cone Sul têm despertado interesse de pesquisadores oriundos de instituições nacionais e internacionais, interessados em ingressar nos cursos pós-graduação oferecidos pela UFMS.

Também se evidencia sua preocupação com a diversidade na educação, com a preservação ambiental, com a educação para a paz, a educação antidiscriminatória e inclusi-

va, ensino de qualidade, entre outras, que caracterizam todos os cursos oferecidos na instituição, cujas especificidades legitimam sua inserção regional e local.

Vista essa inserção de outras perspectivas, além do critério geográfico, podemos mencionar o fato de ser uma universidade pública, que oferece também ensino, pesquisa e extensão na área da saúde, ações que demonstram o relevante papel da UFMS no cenário da região Centro-Oeste e do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua extensão e localização geográfica, é um polo de desenvolvimento e promissor mercado de trabalho.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo e o estado de Mato Grosso do Sul é um dos que mais produzem no país. A vocação pecuária e a extensão territorial do MS (uma área de 357.138,9 km², correspondendo a 18% da região Centro-Oeste) exigem considerável quantitativo de profissionais envolvidos nas cadeias de produção, demanda atendida pela atuação de profissionais formados em cursos da UFMS.

Condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do estado de Mato Grosso do Sul demonstram a abertura de um leque de possibilidades de atuação profissional aos graduados (licenciados, bacharéis ou tecnólogos) nos diversos campos. Citam-se, nesse sentido, o intercâmbio direto do estado com países vizinhos componentes do Mercosul, o intercâmbio com estados vizinhos e os esforços para inserir o Estado no circuito turístico nacional e internacional.

Na área ambiental, a UFMS estabelece seu compromisso com a sociedade sul-mato-grossense por meio dos diversos cursos que oferecem ferramentas e tecnologias de preservação e manutenção das características ecológicas típicas da região, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas e econômicas.

No campo das Ciências Exatas, deve-se levar em consideração o fato de que a formação adequada de mão-de-obra qualificada na área das engenharias, da computação e informática para o domínio das novas tecnologias é, atualmente, fundamental e estratégica para o desenvolvimento de qualquer região do país e do mundo.

Podemos destacar, ainda, as ações da Coordenadoria de Educação a Distância, cujos indicadores dão visibilidade à UFMS nos vários municípios atendidos, especialmente em Bela Vista e Porto Murtinho, limítrofes com o país vizinho, o Paraguai, com uma população caracterizada pela diversidade de etnias e de línguas. A UFMS, por meio da CED/PREG desenvolve programas de formação continuada nas áreas de Educação e Saúde.

Em suma, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul concentra a expansão da univer-

cidade pública em regiões do Centro-Oeste, suprimindo a demanda regional de ensino superior público, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social.

2.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

As práticas acadêmicas da UFMS estão alicerçadas nos seguintes princípios fundamentais:

- a) a ética;
- b) a participação democrática;
- c) o diálogo, em termos de igualdade;
- d) a tolerância e a compreensão;
- e) o respeito à natureza e a preservação do ambiente;
- f) a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas;
- g) a natureza pública e gratuita do ensino;
- h) a excelência;
- i) a formação humanística e visão global que habilite seus alunos a compreender o meio-social, político, econômico e cultural onde estão inseridos, e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente e dinâmico;
- j) a diversificação teórico-metodológica;
- k) a universalidade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade do conhecimento; e
- l) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que estabeleça a relação dos processos de ensino com a pesquisa científica e com as atividades de extensão, e fortaleça a articulação entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.

2.3 Políticas de ensino de graduação

A questão da oferta dos cursos superiores de graduação coloca-se em duas dimensões indissociáveis: na qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país. É imprescindível situar a educação superior como modalidade de formação que possibilita ao indivíduo o desen-

volvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma postura dialógica com a realidade.

Traduzidas no seu Projeto Pedagógico, as políticas de ensino da UFMS se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. As políticas e diretrizes do ensino de graduação da UFMS, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e formação da cidadania, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento e a qualidade das relações interpessoais, resultando na socialização do conhecimento.

Com ênfase em tais pressupostos, essas políticas baseiam-se em princípios de cientificidade, criatividade, criticidade, iniciativa, dinamicidade, inspirando e agilizando ações que possibilitem a oferta de uma educação que proporcione ao homem melhores condições de agir diante dos desafios que se lhe apresentam a cada circunstância de vida.

A UFMS, atenta ao paradigma emergente e, em consequência, às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, o processo de formação integral e profissional, articulado com a pesquisa, com estímulo ao estudo e intervenção nas questões regionais, busca orientar suas ações por critérios de qualificação do trinômio ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinar, observando a flexibilidade orgânico-operativa, tomando como referência essencial a avaliação permanente.

Nesse sentido, para que se cumpra efetivamente o papel da Universidade almejada, é preciso adotar uma metodologia que possibilite uma redefinição constante de conceitos e linhas de ação e criação de novas práticas pedagógicas. O fazer pedagógico da UFMS revela sua decisão de romper com a abordagem fragmentada do conhecimento, ao trabalhar na superação das dicotomias entre ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade.

O compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes, para que possam atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos. Busca-se uma atualização contínua das matrizes curriculares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior, as quais possibilitaram a flexibilização dos currículos para atender às necessidades contextuais dos locais onde se inserem tais instituições, sem, no entanto, perder de vista a sua articulação com a realidade global da qual faz parte.

O uso das tecnologias de informação e de comunicações favorece a geração e socialização de novos conhecimentos. Novos modelos educacionais devem ser criados ou incorporados, visando não apenas realizar pesquisas na aplicação de novas tecnologias no ensino presencial, mas também desenvolver programas interativos à distância na graduação, pós-graduação e extensão, bem como projetos e programas que envolvam a utilização de ambientes virtuais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo as ações educativas da UFMS.

O relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (Unesco, 2010), preconiza que “a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, indicando que a função de uma instituição de ensino, em qualquer uma das suas modalidades, deve estar voltada à realização plena do ser humano.”

A Comissão reforça o conceito de educação ao longo da vida como uma das chaves de acesso ao século XXI e ressalta a necessidade de um retorno à escola para enfrentar as novas situações que ocorrem tanto na vida privada como na vida profissional. Além de permanecer atual, essa exigência tornou-se ainda mais premente; e para superá-la, impõe-se que cada um “aprenda a aprender”.

De acordo com o referido Relatório, a universidade deve ocupar o centro do sistema educacional e desenvolver as seguintes funções essenciais:

- a) preparação para a pesquisa e para o ensino;
- b) oferta de uma formação, em diferentes áreas, bastante especializada e adaptada às necessidades da vida econômica e social;
- c) abertura a todos para responder aos múltiplos aspectos do que se designa por educação permanente, em sentido lato; e
- d) cooperação internacional.

A universidade deve se exprimir com toda a independência e responsabilidade acerca de problemas éticos e sociais – como uma espécie de poder intelectual, indispensável para ajudar a sociedade a refletir, compreender e agir.

A diversidade da educação secundária e as possibilidades oferecidas pela universidade deveriam fornecer respostas válidas para os desafios da massificação, ao suprimir a obsessão pela via principal e única. Combinadas com a generalização da alternância estudo/trabalho, elas deveriam permitir, também, a luta eficaz contra o fracasso escolar.

O desenvolvimento da educação ao longo da vida implica o estudo de novas formas de obtenção de certificações que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas.

Sobre essa perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças (civilização cognitiva).

Como políticas de ensino de graduação da UFMS, destacam-se:

- a) ampliação do universo de atividades da UFMS nas suas várias frentes de atuação, mediante métodos inovadores de participação no processo de ensino-aprendizagem;
- b) desenvolvimento do ensino de graduação público, gratuito e de qualidade;
- c) busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação presencial e a distância, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade;
- d) capacitação inicial e continuada do corpo técnico-administrativo em educação e docente da UFMS, com o intuito de propiciar as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas de ensino presencial e da oferta da educação a distância;
- e) modernização da oferta dos cursos de graduação com a utilização das mais variadas formas de tecnologias e metodologias (20% ensino a distância, interdisciplinaridade, mobilidade);
- f) universalização do ensino, com inclusão social, assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- g) a consolidação do processo de gestão democrática;
- h) a implantação de programas de avaliação institucional em todas as instâncias, com vistas a possibilitar a viabilização de correções, mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- i) a autoconstrução de sujeitos éticos e autônomos;
- j) implantação e fortalecimento do intercâmbio sócio-cultural-educativo com organizações locais, regionais, nacionais e estrangeiras; e
- k) atendimento às demandas locais e regionais.

Nesse sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas (modalidades presen-

ciais e a distância), da oferta de novos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e da proficiente utilização da infraestrutura (oferta de cursos em turnos diversos, aprimoramento do sistema de ingresso e controle acadêmico).

Com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino, pretende-se estimular o aprimoramento da ação ensino-aprendizado com vistas a promover a solidificação do conhecimento em todas as suas manifestações, ao mesmo tempo em que o fortalecimento das políticas de ensino possibilita o estabelecimento de parcerias para a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, o oferecimento de melhor ambiência estudantil (com a projeção de melhoria dos espaços de convivência, como bibliotecas, laboratórios, salas de aulas, espaços compartilhados multimídia, etc.) e no implemento, dentro do possível, de uma infraestrutura favorável à otimização do desempenho acadêmico.

2.4 Políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação

A pesquisa na UFMS tem como princípio fundamental estimular o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de investigação científica, com a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas de extensão, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do conhecimento, da cultura.

A Pós-graduação foi contemplada com o IV Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020, elaborado pelo MEC/CAPES e adotado pela UFMS, cujo princípio de sistema educacional é tido como um fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional. Cabe à pós-graduação a tarefa de formar os profissionais aptos a atuar, nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do País. É no interior do Sistema Nacional de Pós-Graduação que, basicamente, ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica brasileira.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 está organizado em cinco eixos: 1) a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução de simetrias; 2) a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3) o aperfeiçoamento da avaliação e sua ex-

pansão para outros segmentos da C,T&I; 4) a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas de pesquisa; 5) apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio.

Aos moldes dos planos anteriores, este PNPG é um instrumento de políticas públicas e sua finalidade é a dinamização e o adensamento do SNPG. Em sua abrangência e diversidade, o SNPG deve considerar novas modalidades de interação entre a universidade e a sociedade, seja pela atenuação da distância temporal entre a produção do conhecimento e sua apropriação pública, seja pela criação de agendas compartilhadas entre órgãos diversos ou pela participação das instituições de ensino superior na formulação e implementação das metas nacionais de desenvolvimento. Um grande desafio do plano atual será aliar a necessidade de contemplar o espalhamento não-linear das áreas de conhecimento, ou seja, estabelecer prioridades para o direcionamento futuro do crescimento do SNPG, combatendo as assimetrias entre as áreas de conhecimento, à exigência de criação de centros de excelência em ensino e pesquisa de padrão internacional.

O Brasil entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020. Trata-se de um fato extraordinário, revelando que o país vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior. Do ponto de vista da base científica e tecnológica, o país detém uma massa crítica capaz de dar conta do desafio. Destacam-se no SNPG o papel fundamental da CAPES, CNPq e as instituições federais de ensino superior espalhadas pelo país, que são responsáveis pela oferta da maioria dos cursos e a maior parte da produção acadêmica brasileira, tendo como parceiras as instituições estaduais de ensino, instituições comunitárias e privadas. O PNPG 2011-2020 se inscreve nesse quadro e deverá levar em consideração a necessidade de promover a sinergia desses três segmentos, visando favorecer a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. Nesse sentido, está sendo proposta a criação de uma Agenda Nacional de Pesquisa no centro do SNPG, com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais e como matéria de políticas públicas, conduzindo as ações induzidas e as parcerias entre as universidades e os seguimentos público e privado.

A Agenda Nacional de Pesquisa incluirá a agricultura, associando a antiga revolução verde às tecnologias limpas e o Brasil, em especial a Região Centro-Oeste, poderá ser o ator principal

na produção de alimentos para uma população mundial que deverá chegar a 8 bilhões de pessoas em 2020.

Outras áreas estratégicas que deverão integrar a Agenda Nacional de Pesquisa são: os grandes biomas brasileiros, o programa espacial, a política nuclear, a saúde pública, o desafio urbano, o ensino médio e a educação básica e os problemas ligados ao clima, à energia, ao pré-sal e às questões sociais pertinentes. Além de levar ao adensamento de pesquisa multi e interdisciplinares, esses temas conduzirão à formação de novas engenharias institucionais, favorecendo a formação de redes de pós-graduação e pesquisa.

A Agenda Nacional de Pesquisa deve buscar a sinergia entre as propostas contidas no SNPG e a 4ª. Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCTI), que escolheu como áreas prioritárias a biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear. Tal Agenda deverá constituir-se no elemento novo capaz de introduzir uma nova dinâmica no sistema de pesquisa e pós-graduação, colocando-o em um patamar similar ao das nações avançadas.

Um tema que deve ser objeto de estudo por parte do SNPG é a melhoria da qualidade da Educação Básica, notadamente o Ensino Médio. Propõe-se que o SNPG desenvolva estudos relativos à formação de professores, ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, à gestão das escolas e à adequação dos currículos tendo em vista a necessidade e os interesses dos adolescentes e jovens sujeitos da Educação Básica.

Outro desafio que se apresenta é a busca da internacionalização dos programas de pós-graduação brasileiros. Na próxima década o SNPG deverá priorizar, com a participação mais efetiva de todas as agências, as seguintes estratégias:

- a) atrair um número maior de estudantes e docentes estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros;
- b) incentivar mais estudantes para realização do curso completo no exterior, principalmente em áreas estratégicas; e
- c) incentivar os pós-doutores para formação no exterior, em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo.

Um item importante a exigir a atenção é o financiamento da pós-graduação, incluindo as bolsas de estudos e outras atividades. Haverá a necessidade de cooperação dos ministérios e

das agências federais, assim como das estaduais. As políticas públicas de combate às assimetrias deverão ter nas Fundações de Amparo à Pesquisas (FAPs) ou Secretaria Estaduais parcerias privilegiadas, em razão de suas características regionais. Outro desafio será criar mecanismos que permitam às universidades receber doações e investimentos especiais, a exemplo do que ocorre na área da cultura.

Junto ao financiamento, o marco regulatório do sistema deverá ser continuamente aprimorado e novos procedimentos incorporados, envolvendo a sinergia de vários ministérios e órgãos federais. Duas são as direções: 1) a busca de maior flexibilização e simplificação de procedimentos como na importação de insumos e instrumentos; e 2) a busca do melhor equacionamento e regulamentação da relação entre o público e o privado, permitindo o estabelecimento de parcerias e a agilização de ações, como o pagamento de consultorias, nacionais e internacionais, sem prejuízo da exigência de acompanhamento das atividades pelos órgãos de controle.

Segundo o PNPG 2011-2020-CAPEs, multidisciplinaridade “é o estudo que agrega áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.” A interdisciplinaridade por sua vez, “é a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras entre ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.”

Tal convergência se aplica notadamente no caso da abordagem de temas e problemas complexos que desafiam a ciência contemporânea, envolvendo, além da referida transferência de métodos, trocas recíprocas e mesmo criação de novos conceitos e metodologias interdisciplinares. Por sua vez, as áreas multidisciplinares visam ao conhecimento novo e à geração de novos produtos, criando uma nova cultura e moldando um novo profissional, adequado às exigências do conhecimento e da pesquisa, como mostram as pesquisas em biotecnologia e materiais. Exemplos internacionais são programas em meio ambiente, agricultura e manufatura da base rural, tecnologia da informação e da comunicação, entre outros. Adaptado ao Brasil e aos nossos problemas, um programa desse tipo poderia ser dirigido a projetos multi e interdisciplinares, focalizando a questão ambiental, o desafio das metrópoles, a conservação de patrimônio e os problemas crônicos na área da saúde. Essas agendas de pesquisa poderiam ter as universidades como parceiras e, de um modo especial, os projetos de pesquisa e de ações estratégicas associadas a programas de

pós-graduação multi ou interdisciplinares.

A UFMS tem expandido sua missão por meio do aprimoramento das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão. Essa expansão está traduzida pela qualificação do corpo docente em aprimoramento constante, participação em programas de pós-graduação stricto sensu, aumento da produção científica e abrangência regional dos serviços por meio de projetos de extensão.

Em face dessa missão, os cursos de pós-graduação da UFMS têm papel importante na formação de recursos humanos especializados para as atividades de ensino e de pesquisa, bem como para atuar no mercado de trabalho de modo geral. Em 2010, existiam na UFMS 19 cursos de mestrado (17 acadêmicos e 2 profissionais) e 8 cursos de doutorado em funcionamento. Atualmente, existem 34 cursos de mestrado (25 acadêmicos e 9 profissionais) e 14 cursos de doutorado em andamento, o que corresponde a um aumento de 47,3% dos cursos de mestrado e de 43% dos cursos de doutorado em um período de cinco anos. Esta expansão está diretamente vinculada à política de verticalização do ensino e de qualificação profissional da comunidade da região e do país praticada na atual administração. O desafio atual que se apresenta é a consolidação destes programas, buscando seu aprimoramento, a elevação de seus conceitos junto à CAPES e sua inclusão nos centros de excelência do país.

Além da preocupação em criar condições para oferecer um ensino de graduação de qualidade, há o fomento para ações que visem articular a graduação com a pesquisa e a pós-graduação. Nesse processo, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), centrado na iniciação científica de alunos de graduação em todas as áreas do conhecimento, tem papel preponderante no incentivo e na formação de novos pesquisadores e na proposição de novos programas de pós-graduação stricto sensu. Atividade ou conjunto de atividades desenvolvidas pelo acadêmico de graduação, orientadas por um professor, visando iniciar o acadêmico no campo da pesquisa científica e da produção científica, propiciando-lhe condições para o efetivo aproveitamento do potencial acadêmico em produção científica, o PIBIC oferece, a médio e ao longo prazo, o estímulo ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivando o trabalho de investigação científica.

Isso posto, pretende-se garantir a inserção de eixos de pesquisa nas matrizes curriculares e nas temáticas. Ao mesmo tempo, há o incentivo à titulação dentro de seus quadros, com o objetivo de avançar na qualificação acadêmica e científica, contribuindo para o aprimoramento de profissionais que prestarão serviços à comunidade.

No que se refere à regionalização da pesquisa e da pós-graduação é necessária a percepção de que, embora exista carência de pesquisadores em muitas áreas relevantes, é imprescindível priorizar aquelas que dizem respeito às características e aos problemas específicos da região, sem perder a perspectiva que a ciência é universal.

Os temas prioritários de estudo a serem considerados nas pesquisas devem contemplar os biomas do Cerrado e Pantanal, incluindo as regiões do Chaco e de florestas semidescíduas presentes em Mato Grosso do Sul. Assim, a criação da Rede Pró Centro-Oeste de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação através da Portaria MCI-MEC nº. 1.038, de 10 de dezembro de 2009, foi fruto do trabalho de pesquisadores das IES da Região Centro-Oeste. Essa rede inclui projetos de pesquisa acerca da biodiversidade e o estado da arte da biotecnologia na Região Centro-Oeste, sendo primordial para alavancar as pesquisas acerca dos biomas da região, bem como a busca de agregação de valor aos produtos originários da biodiversidade.

A UNESCO reconheceu o Pantanal como uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta integrando-o ao acervo dos patrimônios da humanidade. Localizado no interior da América do Sul, é a maior extensão úmida contínua do planeta, possuindo cerca de 250 mil km². Destaca-se pelas inúmeras espécies de animais e vegetações decorrentes do ambiente contraditório que alterna entre períodos úmidos e de estiagem. Para muitos estudiosos, o Pantanal é de suma importância, por se tratar de uma região de transição entre outros biomas, tais como o Cerrado e a Amazônia.

Por isso, são fundamentais os investimentos na formação e na constante capacitação de doutores/pesquisadores nas áreas de Ecologia e Conservação, Biologia Vegetal, Biologia Animal, Engenharia e Tecnologias Ambientais, visando ao manejo adequado e à preservação de áreas ecologicamente importantes. Além disso, torna-se urgente a criação de novos grupos de pesquisa e o fortalecimento dos já existentes que estejam voltados para a preservação da cultura indígena e pantaneira, tão importantes para registro da riqueza cultural do Estado.

Por outro lado, a região dos Cerrados é uma das maiores reservas de terra do mundo capaz de suportar imediatamente a produção de cereais e a formação de pastagens. Atualmente, indústrias têm-se instalado no Estado, especialmente no município de Três Lagoas, na divisa com o Estado de São Paulo, como a *International Paper*, a Fibria e a Petrobras Fertilizantes. Existe, portanto, um interesse crescente na qualificação na área de administração em duas vertentes: uma voltada para as demandas dos parques industriais em ascensão e outra voltada para a economia

regional tradicional, na área de agronegócios, agronomia e ciência animal.

Também não se pode deixar de lado a extensa faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia. O intercâmbio não somente econômico com esses países, mas também as trocas linguísticas, literárias e culturais devem estar na pauta das pesquisas da UFMS e na estruturação de programas de pós-graduação stricto sensu que envolvam planos de cooperação internacional.

A transferência de tecnologia tem um papel fundamental como ponte entre o conhecimento gerado na instituição e o setor produtivo, contribuindo para uma produção regional mais elevada e mais eficiente. Esse processo proporcionará um aumento na capacidade das empresas do Estado em absorver mão-de-obra qualificada, criando novas oportunidades de empregos e estímulo à canalização de recursos para as atividades desenvolvidas na instituição.

A UFMS, visando proteger seus conhecimentos, criou a Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT). No próximo quinquênio, as metas são de expansão e consolidação dessa agência, estimulando nossos pesquisadores a desenvolver projetos que envolvam inovações tecnológicas. Uma ferramenta importante para a expansão destas atividades é a incubadora de empresas da UFMS, que terá papel de destaque na evolução e disponibilização para o mercado, de processos e produtos tecnológicos desenvolvidos por nossos pesquisadores, empresários ou pela comunidade em geral.

Considerando que a pós-graduação é o resultado do princípio integrador dos diversos níveis educacionais e representa o vértice dos estudos, constituindo-se num sistema especial de cursos que se propõe atender às exigências da investigação científica e da capacitação docente e mercadológica, foram definidos os princípios que nortearão a política institucional de pesquisa e pós-graduação:

- a) estímulo à capacitação de docentes e de técnicos administrativos da UFMS, visando a melhoria na qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação, bem como a consolidação da pesquisa científica;
- b) estabelecimento de políticas de ampliação de vagas, buscando profissionais doutores/pesquisadores, com formação voltada para às necessidades dos programas de pós-graduação;
- c) contribuição para a formação de pesquisadores, atendendo especialmente às necessidades setoriais e regionais da sociedade, particularmente comprometidos com o desenvol-

- vimento de Mato Grosso do Sul;
- d) expansão da pós-graduação, com a implantação de novos programas *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e a consolidação dos já existentes, de acordo com as metas definidas no PAPG (REUNI da pós-graduação), promovendo a melhoria dos indicadores da pesquisa e da pós-graduação;
 - e) apoio às atividades de pesquisa, com recursos para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa;
 - f) incentivo à elaboração de projetos inter e multidisciplinares, com o objetivo de captar recursos junto às agências de fomento externas e de estimular parcerias entre docentes e outras instituições para além da UFMS;
 - g) viabilização de programas e de projetos de cooperação técnico-científica e o intercâmbio de docentes no País e no exterior;
 - h) fixação de pesquisadores seniores e consolidação de grupos de pesquisa em Mato Grosso do Sul;
 - i) ampliação do acervo bibliográfico técnico-científico na UFMS;
 - j) modernização dos mecanismos de articulação entre pesquisa, ensino de graduação e extensão, por meio de programas e de projetos conjuntos de qualidade e de visibilidade no País e no exterior;
 - k) expansão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, visando à expansão da interface entre ensino de graduação, pesquisa e pós-graduação;
 - l) incentivo a cursos *lato sensu* de atualização e de capacitação;
 - m) incentivo ao desenvolvimento de processos tecnológicos e de inovação;
 - n) incentivo a projetos e a programas voltados para o eixo universidade-empresa;
 - o) incentivo a projetos de inovação tecnológica e à criação de cursos *lato sensu* e *stricto sensu* voltados para o tema do item anterior;
 - p) apoio ao desenvolvimento e expansão da incubadora de empresas da UFMS; e
 - q) consolidação de programas voltados para o desenvolvimento regional e a contextualização social da pesquisa.

2.5 Políticas de extensão e assuntos estudantis

O maior compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, cujos

pressupostos básicos estabelecem um novo e diverso mercado de relações, novas formas de organização e de critérios e qualidades fortalecidas no ser humano. Nesse sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. É importante salientar que sua função política é fundamentada no diálogo horizontal universidade-sociedade para construção de uma universidade humanística.

A conceituação sobre extensão universitária assumida expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere, estimulando sua função básica de produtora e de socialização do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população. Hoje, nacionalmente, a extensão universitária é dimensionada como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando à realimentação do processo ensino-aprendizagem como um todo, intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades. E ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

A UFMS estimula e adota os seguintes princípios básicos da extensão universitária:

- a) a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região e do país;
- b) a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- c) a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

- d) a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- e) a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social; e
- f) a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

O Plano Nacional de Extensão Universitária define quatro diretrizes, que são o alicerce da Política de Extensão Universitária da UFMS:

Impacto e transformação: por meio da extensão, propõe-se uma relação, entre universidade e outros setores da sociedade, que seja transformadora, instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida, aliada aos movimentos sociais de superação de desigualdades, de exclusão e fomentadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

Interação dialógica: por meio da extensão propõe-se o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre ensino e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois o aluno e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, esse saber retorna à universidade, testado e reelaborado. A extensão, como via de interação entre a universidade e sociedade, constitui-se em elemento ca-

paz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

Interdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência de compartilhar o conhecimento.

No âmbito da Universidade, a política institucional de extensão deve ser capaz de oportunizar condições e contribuir especificamente para o desenvolvimento das atividades do ensino e de pesquisa; propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar; auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável; promover a articulação da universidade com a comunidade e seus segmentos significativos.

As ações de extensão universitária constituem-se como um processo educativo, cultural e científico e devem ser desenvolvidos por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e publicações, além de outras ações decorrentes da extensão, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade.

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais menos favorecidos e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Nesse contexto, embasada na Política Nacional de Assistência Estudantil, a UFMS objetiva propiciar o acesso, a permanência e a conclusão de curso de seus estudantes visando à inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Para a execução dos objetivos estabelecidos, a Universidade atua em quatro áreas estratégicas que são desenvolvidas por meio de programas e projetos fundamentados em metas quantificáveis, são elas: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte e assuntos da

juventude.

As ações realizadas em cada área estratégica da assistência estudantil são baseadas nos seguintes princípios norteadores, em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil:

- a) afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- b) gratuidade do ensino;
- c) igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- d) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- e) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- f) liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- g) orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- h) defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; e
- i) pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Desse modo, a política de assistência estudantil da UFMS, como processo educativo, dever articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, auxiliando na formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões.

2.6 Políticas de Gestão

A Universidade é uma das organizações mais complexas da sociedade, e como tal, se defronta com a necessidade de um efetivo e eficiente sistema de gestão, capaz de contribuir para o atendimento das necessidades e demandas internas e externas. A gestão é um dos núcleos vitais. É ela que busca captar e empregar recursos financeiros, disponibilizar infraestrutura física e de materiais e viabilizar recursos humanos que propiciem os meios e os estímulos necessários ao desenvolvimento e ampliação das oportunidades educacionais, fomentando e fortalecendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços.

Diante de demandas crescentes da sociedade, a UFMS vem realizando investimentos em

projetos para sua expansão qualitativa e quantitativa da instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho. Para conseguir um bom patamar de qualidade acadêmica e administrativa, bem como o constante investimento nas condições das estruturas físicas e instalações, faz-se necessário manter ampla estrutura de serviços de apoio e logística o que, por sua vez, demanda constantes atualizações, normatizações e investimentos.

O Modelo de Excelência em Gestão Pública tem como pilares de sustentação os seguintes fundamentos gerenciais:

- a) pensamento sistêmico;
- b) liderança e constância de propósitos;
- c) visão de futuro;
- d) comprometimento e capacitação de recursos humanos;
- e) responsabilidade social;
- f) orientação por processos e informações;
- g) gestão participativa;
- h) controle social;
- i) desenvolvimento de parcerias;
- j) viabilização de recursos;
- k) cultura organizacional; e
- l) aprendizagem organizacional.

Para atingir em níveis satisfatórios os pilares de excelência em gestão, a UFMS procura nortear seus programas, metas e ações no alcance das seguintes linhas:

- a) promover o seu avanço estratégico, oferecendo condições crescentes de pessoal e de infraestrutura física, tecnológica e operacional, que gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos em todos os níveis e modalidades;
- b) desenvolver uma política de recursos humanos associada às metas institucionais, promovendo e apoiando programas de permanente valorização, qualificação e capacitação do seu quadro de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, focados na motivação e nas boas condições de trabalho, de modo a oferecer às comunidades interna e externa atendimento acadêmico, técnico e administrativo pautado por padrões de ética e qualidade;

- c) consolidar as Unidades de Administração Setorial dotando-as de infraestrutura moderna e adequada, incentivando a cultura de preservação e valorização ambiental, bem como a manutenção e expansão qualificada e permanente do seu acervo e do seu patrimônio imóvel;
- d) fomentar e aperfeiçoar permanentemente os processos e procedimentos de avaliação, tanto internos quanto externos, das atividades docentes, técnicas e administrativas, para assegurar o cumprimento satisfatório da missão acadêmica universitária;
- e) assegurar meios e instrumentos que permitam desenvolver uma gestão democrática nas áreas acadêmica e administrativa, no patrimônio, nos espaços físicos e no orçamento, na gestão de recursos humanos, bem como na política de assistência ao estudante e ao papel e formas de atuação das suas Fundações de Apoio;
- f) realizar reformas, construções e ampliações que possibilitarão a correta aplicação dos princípios de segurança, o atendimento às exigências sanitárias, às políticas de inclusão social e proteção à saúde e ao ambiente, eficiência energética, conforto térmico nos edifícios, bem como à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidos;
- g) reordenamento da estrutura organizacional e didático-pedagógica com a definição de competências e níveis de atuação de modo a atender às exigências do mundo atual;
- h) captação de recursos junto a agências de fomento para incrementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- i) distribuição de recursos seguindo critérios e indicadores de desempenho;
- j) qualificação e capacitação dos recursos humanos;
- k) reconceber a estrutura física de modo a eliminar duplicações de equipamentos, que encarecem o custo do ensino e pesquisa;
- l) promover a estreita relação da Administração Central com as estruturas didático-pedagógica e de gestão acadêmica;
- m) promover a integração da universidade e às demais instituições representantes da sociedade civil;
- n) ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para os novos programas;
- o) melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;

- p) garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral; e
- q) criar mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa.

Recursos humanos

O modelo de Gestão por Competências tem direcionado as políticas e as práticas de Recursos Humanos em grande parte das organizações contemporâneas e se inclui nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006 por outras normas e instrumentos que orientam a gestão de recursos humanos.

A política de recursos humanos é inovadora na medida em que pretende tornar os servidores aptos a formular, implementar e avaliar as políticas públicas. Concebida a partir da tríade estratégica da moderna gestão de pessoas – gestão por competências, democratização das relações de trabalho e qualificação intensiva das equipes de trabalho, essa política propõe a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O desenvolvimento permanente das pessoas, incluindo a aprendizagem por meio de novos métodos que levem a práticas inéditas na administração pública, é outro objetivo da nova política. Embasado nos conceitos, estabelecidos pelo Decreto nº 5.825/06, de desenvolvimento, capacitação, educação formal, aperfeiçoamento, qualificação, desempenho, avaliação, dimensionamento da força de trabalho, alocação de cargos, força de trabalho e processo de trabalho entre outros foi definido o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE e que tem como diretrizes básicas:

- a) consolidar a política de recursos humanos;
- b) implementar programa de qualificação e de capacitação de recursos humanos;
- c) desenvolver e implementar sistema de alocação de recursos humanos e redimensionamento da força de trabalho;
- d) aprimorar programas de assistência ao servidor; e
- e) aperfeiçoar o processo de avaliação dos servidores.

No âmbito da UFMS, as políticas de recursos humanos estão focadas nos seguintes pontos:

capacitação e aperfeiçoamento, avaliação de desempenho, dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal e desenvolvimento de sistemas de gestão de recursos humanos e na assistência.

Em suma, a política de recursos humanos tem como objetivos modernizar e melhorar a base organizacional do sistema de recursos humanos; adotar os princípios da educação continuada nos programas de capacitação e qualificação dos servidores; recompor e manter o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional, melhorar e modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação do servidor, o aprimoramento e inovação dos processos de trabalho e assimilação de novas linguagens e tecnologia e a melhoria dos serviços prestados. A dimensão humana é uma busca incessante no processo formativo da UFMS, de modo que, inevitavelmente, passa a integrar as relações de trabalho no contexto institucional. Assim, percebe-se esta política relacionada à demanda de qualificação continuada do corpo funcional, vinculada à valorização do clima interno enquanto elemento agregador de um trabalho educativo de qualidade, a que se deve aliar a valorização de pessoal, visando à permanência na Universidade.

2.7 Responsabilidade social da instituição

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES, considera responsabilidade social da instituição, especialmente o que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens que são amplamente contemplados nas políticas institucionais. Por ser uma Universidade pública e gratuita, está sempre aberta aos mais amplos setores sociais e suas ações são sempre pautadas pelos valores democráticos e acadêmicos, alicerçadas na produção crítica do conhecimento.

Assim, sua responsabilidade social manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, de uma educação comprometida com a ética, a cidadania, o conhecimento e o atendimento às necessidades contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora e diferenciada, contribuindo para uma melhor qualidade de vida do indivíduo e da sociedade.

Além do ensino propriamente dito, a UFMS tem a preocupação de atender às políticas públicas de saúde, bem como as ambientais e de inclusão social. Considerando as características

culturais do Estado, tem desenvolvido pesquisas e ações de extensão junto à população indígena e quilombolas com o objetivo de melhorar-lhes a qualidade de vida. Nas questões ambientais, tem desempenhado importante papel por meio de seus pesquisadores, considerando as pressões desenvolvimentistas que o Cerrado e o Pantanal sul-mato-grossense vêm sofrendo (usinas de álcool e turismo).

A grande meta que se inscreve no projeto pedagógico institucional é, portanto, promover organicidade às políticas educacionais e ao atendimento da educação superior, de modo que se evidencie sua preocupação com a ética e a diversidade na educação, bem como com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural e social da região.

Outro ponto de visibilidade da responsabilidade social da UFMS compreende os estágios curriculares da graduação, os não curriculares e a prestação de serviços em diversas áreas, como consultoria, diagnóstico organizacional, recrutamento, seleção, treinamento, atendimento na área da saúde física e mental, capacitação educacional, entre outros, que contribuem diretamente para o desenvolvimento local e regional.